



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 03/2018

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
29.06.2018**

LOCAL:

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:

PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS);

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS);

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS).

SECRETARIADO: Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial, António Manuel de Almeida Pinto.

HORA DE ABERTURA:

Eram 15h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão.

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);

VEREADORES:

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD);

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD);

Maria José Rodrigues Dias (PS);

Maria Dulce Pereira (PPD/PSD);

Amadeu de Vasconcelos (PS);

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:

Verificaram-se as seguintes faltas e substituições:

Faltou o membro Ana Maria Cardoso Rodrigues (PPD/PSD).

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior, realizada em 27 de abril de 2018, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.



Handwritten signature in blue ink.

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”; -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções-----

Presidente da Mesa – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Como representante do Município apraz-me registar, neste local que é o local próprio, os bons e os maus momentos que o nosso concelho por vezes atravessa. Neste caso o bom momento refere-se ao Festival da Cereja e quero dar os parabéns a todas aquelas pessoas que intervieram na organização do Festival da Cereja. Parabéns à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Professores, os auxiliares de educação, funcionários da Câmara, às nossas crianças. Quero enaltecer aqui todas as crianças que exibiram a sua dança em frente à tribuna de honra. Mas há uma criança que me chamou a atenção, a menina chama-se Ana David e sinceramente não contava com aquela beldade. Uma criança de quatro ou cinco anos a abrir o espetáculo com a sua voz, uma voz melodiosa, maravilhosa, é uma potência a não perder. Alerto alguém ligado à música para que acompanhe a menina, porque é um talento que não se pode perder. Aos senhores e senhoras Presidentes de Junta, apreciei a forma elevada e qualificada como as senhoras e senhores Presidentes de Junta e as suas “gentes” à sua volta organizaram tão genuinamente o vosso carro alegórico do Festival da Cereja. Devo diz que foi um privilégio ter assistido aos tempos em que eu era menino, aos tempos dos carros de bois, até as vaquinhas nos “brindaram” com a sua genuinidade. Foi tudo genuíno, aceitem a minha admiração e um muito obrigado”.-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público presente, senhores funcionários deste município, muito boa tarde. Neste ponto queremos abordar um assunto que achamos de extrema importância que os nossos vereadores já tiveram a oportunidade de colocar na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 2 de maio, relacionado com o abastecimento de água aos munícipes e com a recolha de resíduos no nosso concelho. Voltamos a este assunto pela sua importância e pela sua relevância. As políticas defensoras do ambiente são cada vez mais valorizadas ao nível local. No que concerne ao consumo e abastecimento de água, a sua amplitude é ainda maior. Senhor Presidente, depois da iniciativa dos nossos vereadores, que solicitaram informações sobre o assunto, referiu, e passo a citar: “continuar



neste sistema não está bem, é inevitável o aumento das tarifas da água...”, pedíamos o favor de nos detalhar o porquê desta afirmação e que alterações se irão verificar a este nível. Ainda sobre este assunto, é do nosso conhecimento a divergência jurídica que está nos Tribunais, entre a nossa Câmara Municipal e a empresa Águas de Portugal, pedíamos também aqui para explicar a esta Assembleia, que é merecedora destes esclarecimentos, quais as origens deste diferendo, quais as suas consequências e riscos e qual é a expectativa do Presidente da Câmara Municipal na sua conclusão.”-----

Presidente da Câmara – Pediu que este assunto fosse tratado de forma séria e que não fosse aproveitado para “joguete político”, uma vez que se tratava de um assunto sério. Referiu que a origem deste problema remontava já ao ano de 2000 ou 2001 e que se tratava de um documento assinado com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro com o objetivo da instalação da água em alta e onde a Câmara Municipal teria de ficar vinculada aos “consumos mínimos” onde se iniciava o seu pagamento no quatro ano de contrato. Referiu que o documento tinha sido assinado pelo Dr. Brito de Matos e que o seu sucessor, Eng. António Borges, entendeu que o Município não gastaria os referidos “consumos mínimos” descritos no contrato tendo o Município solicitado a emissão de um parecer para verificação da legalidade do não pagamento dos referidos “consumos mínimos”, tendo esse parecer estabelecido que o acesso à água seria um bem essencial e que não tendo sido gasto não poderia, nem deveria, ser cobrado. Tratou-se assim de um parecer favorável ao Município, esclarecendo contudo que tal situação ainda se encontra por resolver em Tribunal, dando também nota que esta situação não se verifica somente no concelho de Resende mas também em outros Municípios. Referiu que a Câmara não foi liquidando o valor dos “consumos mínimos” e que só relativamente ao ano de 2018 foi apresentada uma fatura no montante de cerca de quatrocentos mil euros sendo que o montante será sempre a aumentar e não tendo vindo a ser pago o valor estipulado no referido contrato, a empresa, agora denominada de Águas do Norte, recorreu aos tribunais instalando-se assim um processo litigioso, sendo que os valores dos “consumos mínimos” deveriam ter sido liquidados no início do ano de 2004. Disse que com a criação das Águas do Norte o problema subsiste, sendo que deixou de ser tratado como “consumos mínimos” passando a ser de “exclusividade”, onde se insere mais uma vez a questão da água do Município que é “injetada” no abastecimento mas que as Águas do Norte apresentam igualmente para pagamento os referidos “consumos mínimos” mas apelidados de “violação do dever de exclusividade”. Referiu que o tema relacionado com a “água” é um problema para o Município, uma vez que o concelho possui água mas a mesma não é todavia a suficiente para o abastecimento em todo concelho. Referiu que esta situação teria de ser alterada e que este seria um problema de todos os resendenses, estando a ser estudada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, não apenas para o nosso concelho. Disse que à data se encontrava em fase de estudo e criação uma empresa intermunicipal para gerir o abastecimento de água aos concelhos da nossa zona e cujos acionistas serão os Municípios, estando a ser levado a cabo um estudo económico-financeiro para esse fim, sendo certo que tal estudo apontará para uma alteração de tarifas mas que a verificar-se um aumento a Câmara estabelecerá tarifas sociais e terá sempre em



F. J. J. J.

conta a situação económico-financeiro do próprio Município, do concelho e da sua população. Informou que irão ser instalados pelos serviços do município contadores nos reservatórios para medição da água injetada pelo município e assim poder aferir e conhecer dados que de outra forma não será possível apurar. Manifestou temer que a sentença seja desfavorável ao Município uma vez que tal situação criaria uma situação financeira muito complicada e que não seria altura para recriminar seja quem for mas sim altura de resolver a situação. Por ultimo referiu que esta situação não deveria ser aproveitada para tentar deixar “ficar em mal” o executivo mas sim tentar todos resolvê-la.-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Esclareceu que a sua intenção jamais seria de fazer desta situação um “joguete político” nem tão pouco culpar alguém, mas sim demonstrar preocupação por este problema e pelos encargos que pode trazer a toda a população. Questionou o senhor Presidente se houve já, por parte do Município, alguma tentativa de renegociação dos termos do contrato e se os valores do “consumos mínimos” não são comunicados para que o Município possa replicar com os nossos dados.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que relativamente às faturas apresentadas o Município paga o que consumiu deixando por pagar os referidos “consumos mínimos” pelo que irão ser instalados pelos serviços do município contadores nos reservatórios para medição da água injetada pelo município e assim aferir e poder conhecer dados que de outra forma não seria possível de apurar.-----

Joaquim Alves (PS) – Disse subscrever o proferido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao Festival da Cereja congratulando o Executivo, Presidentes de Junta e todos aquelas que nele estiveram envolvidos. Deu conhecimento ao plenário da assinatura do protocolo entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Município de Resende e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Resende para a constituição de uma Equipa de Intervenção Permanente, sendo que a mesma já se encontra em funcionamento desde o dia 01 de junho. Congratulou e agradeceu ao Município, que em conjunto com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, suportam os custos desta equipa, que permite a todos os resendenses possuir uma Equipa de Intervenção Permanente ativa durante todo o ano, todos os dias e horas para prestar socorro a qualquer tipo de ocorrência, podendo assim os resendenses sentirem-se em mais segurança.-----

Jorge Silvestre Pinto Madureira Duarte (Presidente da Junta de São João de Fontoura) – Referiu que após as diversas diligências realizadas por diversas entidades do concelho, na qualidade de Presidente do Partido Social Democrata, procedeu ao envio de uma carta ao Exmo. senhor Presidente da República alertando para as diversas dificuldades do concelho, nomeadamente no que diz respeito aos problemas sociais, poder de compra, população envelhecida, acessibilidades e desemprego, pedindo uma especial atenção para o concelho não só para os problemas anteriormente referidos mas também para os estragos provocados na agricultura pela intempérie ocorrida no concelho, com especial enfoque na cereja.-----



Presidente da Câmara – Manifestou a sua concordância pelo proferido pelo senhor Presidente da Junta de São João de Fontoura, tendo ainda manifestado estranheza pela facto deste não ter referido tudo aquilo que foi feito pelo Município de Resende com o intuito de minimizar os estragos tidos aquando da já referida intempérie. Deu conhecimento da reunião tida com os senhores Presidentes de Câmara de Lamego, Moimenta da Beira e Tarouca, e onde esteve também presente o Técnico do nosso Gabinete de Desenvolvimento Rural, onde se aprovou a realização de um pedido de calamidade para a região e a elaboração de um impresso para que todos os prejuízos tidos pelos agricultores e produtores de cereja possam ser manifestados. Deu nota ainda que também já teve a oportunidade de falar com o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, tendo este transmitido ao senhor Ministro da Agricultura a preocupação pelos estragos na agricultura da região provocados pela intempérie.-----

Jorge Silvestre Pinto Madureira Duarte (Presidente da Junta de São João de Fontoura) – Esclareceu que aquando referiu “diversas entidades do concelho” o Município de Resende encontrava-se incluído.-----

Alberto António Pereira Dias (CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Vou dar a conhecer aos senhores uma proposta que foi enviada pelo CDS ao senhor Presidente da Assembleia Municipal no passado dia 12 de abril. É uma proposta de Isenção de IMI para doentes oncológicos. Passo a ler a proposta: **Isenção de IMI para doentes oncológicos**. O Estado Português concede, aos portadores de doença oncológica, uma série de direitos, regalias e benefícios, de natureza variada, mediante prova da doença. Desde benefícios fiscais em sede de IRS, à Isenção de taxas moderadoras, às ajudas técnicas (cadeiras de rodas, cabeleiras, etc); A Câmara Municipal de Resende também já tem em curso algumas medidas de apoio (transportes, apoio financeiro quando justificado, entre outras). Mas porque os doentes oncológicos são infelizmente pessoas com muitas debilidades, porque a doença oncológica altera, muitas vezes, o quotidiano não só dos doentes, mas da sua família. Nesse sentido, todos os apoios são poucos para minimizar ou compensar de certa forma estas alterações. Assim propomos que aos doentes oncológicos com incapacidade avaliada em 60% ou superior, seja atribuída a isenção total de IMI (esta percentagem 60% de incapacidade, é a mesma atribuída em sede de IRS, por exemplo). Esta isenção atribuída independentemente dos rendimentos do doente, à semelhança do que acontece nas isenções acima referidas do Estado Português. Sabemos que é uma proposta fora de tempo, que não se está a tratar nesta Assembleia do orçamento anual da Câmara, mas avançamos hoje para dar tempo a Câmara para encaixar esta despesa e poder tratá-la da melhor forma no próximo orçamento, pois sabemos que este assunto é tão caro a todos nós e assim poderemos permitir melhorar o futuro dos resendenses portadores desta doença. Sugerimos que para operacionalizar a isenção, será solicitado ao doente o mesmo documento de incapacidade que ele já tem de entregar noutros serviços, nomeadamente finanças, para assim evitar burocracias por vezes dolorosas aos utentes. Para finalizar, sublinhamos que é uma pequena ajuda, mas que pode ser muito importante num momento muito débil para as famílias afetadas por esta doença e onde todo o apoio nesta fase pode fazer toda a diferença. Fim da



proposta. Esta proposta foi enviada dentro da legalidade, para ser incluída na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal que iria ocorrer naquele mês, no dia 27. Naquele tempo foi-nos respondido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, que esta proposta foi remetida aos serviços jurídicos do Município por forma a procederem ao seu devido enquadramento legal. O CDS sempre esteve conhecedor do enquadramento legal da proposta e por isso a enviou e entendeu que a mesma deveria ter integrado a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal da altura. Mesmo assim, fomos compreensivos e aguardamos serenamente, mesmo sabendo que não tinham cabimento, as vossas dúvidas. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o trabalho da jurista da Câmara Municipal de Resende, que reforçou a nossa posição: Passo a citar a jurista: "Conclusão: por tudo o exposto, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada (incluindo a estimativa da respetiva despesa fiscal respetiva), conceder a isenção proposta, definindo os pressupostos respetivos. Por último o governo submeteu já a apreciação da Assembleia da República uma proposta de alteração à Lei 73/2013 (regime financeiro das autarquias locais), nesta mesma data 16 de junho de 2018" Fim de citação. Assim solicito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que recomende ao Sr. presidente da Câmara Municipal de Resende que tome as medidas necessárias para dar seguimento a esta proposta. Não precisamos de argumentar que a doença oncológica não pode esperar, e que os doentes também não podem esperar. Enviaremos novamente a nossa proposta para ser votada na próxima Assembleia Municipal e quando for aprovada a nova lei a que se refere a jurista da Câmara Municipal, será só fazer as adaptações necessárias, mas assim ajudamos de imediato quem precisa".-----

Presidente da Mesa – Deu nota ao plenário de que foi remetida resposta à solicitação da bancada do CDS-PP de acordo com os trâmites legais. Solicitou ao membro senhor Alberto António Pereira Dias que procede-se à leitura do ofício remetido em resposta ao solicitado, sendo que na discussão deste assunto tudo deverá ser transmitido e não só aquilo que interessa à bancada do CDS-PP. Referiu que para um melhor esclarecimento do plenário iria proceder à leitura do referido ofício passando-o a citar: "com referência ao assunto em epígrafe, tendo por base o parecer emitido pelos serviços jurídicos do município, designadamente o disposto na sua parte final, informa-se V. Ex^a de que a proposta apresentada deverá aguardar a aprovação e entrada em vigor das alterações legislativas em curso. Posteriormente, poderá V. Ex^a, se assim o entender, apresentar nova proposta sobre o mesmo assunto, desta feita já devidamente fundamentada no termos da nova legislação", fim de citação, por fim referiu não entender qual a dúvida em relação ao tema.-----

Presidente da Câmara – Referiu que, se quer por em causa qualquer doente oncológico, e na sequência do proferido "...ajudamos de imediato quem precisa" mas a bancada do CDS-PP está a esquecer-se dos doentes do foro reumático, dos doentes com sequelas motoras e intelectuais decorrentes de AVC, dos doentes com alzheimer, bem como de outros com outras doenças, que também eles necessitam de toda a ajuda. Deu nota de que com o proposto poderá estar-se a criar uma situação de desigualdade e que se deveria esperar pela legislação para ser realizada uma diferenciação nessa matéria.-----



Handwritten signature in blue ink.

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da “Ordem do Dia” constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL; -----

3. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA – ANO DE 2018 – APLICAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR;-----

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017;-----

5. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – PEDIDO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE LIQUIDAÇÃO;-----

6. CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO 2018 – RETIFICAÇÃO – ENGENHARIA AGRONÓMICA;-----

7. TABELA DE TAXAS – PISCINAS DE PORTO DE REI – PROPOSTA;-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente à moção em defesa do Centro Hospital do Tâmega e Sousa e das suas populações, dizer que nos associamos e fazer uma consideração. Várias vezes nesta Assembleia fomos acusados de ser coniventes com o Governo Central na destruição do Serviço Nacional de Saúde, acho que têm estado atentos às notícias deste País e quem trabalha no SNS sabe que provavelmente nunca tivemos um SNS tão débil como neste momento. Faltam profissionais de saúde e que se encontram em debandada para o setor privado. Há camas a encerrar em hospitais centrais, serviços a fechar porque não existe pessoas para prestar cuidados e como tantas vezes fomos acusados de quer destruir o SNS, porque a saúde diz respeito a todos e não podemos fazer acusações que depois não possamos assumir em responsabilidades futuras. Neste momento garanto-vos que nunca no meu exercício profissional vi um SNS tão débil como agora.”-----

Presidente da Câmara – Disse que, como profissional do SNS, sempre foi assim.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA



MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA – ANO DE 2018 – APLICAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a 2ª Revisão ao Orçamento de Receita para o ano de 2018.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.**-----

C.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017;-----

Sobre o assunto em epígrafe foram presentes, para aprovação e remetidos pelo executivo camarário, os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao ano económico de 2017.

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.**-----

C.5. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, E.M., S.A. – PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – PEDIDO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE LIQUIDAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, um pedido de prorrogação do prazo de liquidação por um ano.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente da Câmara Municipal, aproveitando esta oportunidade, permita-nos uma nota prévia: solicitamos que nos informe quantos clientes tem neste momento em média por mês o balneário das Caldas de Aregos. Quais são as receitas geradas? Que dinâmica tem empreendido para a economia local? De que forma estão a ser geridos nesta fase de transição os recursos existentes? Sobre o presente assunto, a jeito de introdução, todos perceberão exatamente as minhas palavras, quero dizer em nome da bancada do PSD de Resende o seguinte: um governo



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Ferreira'.

concelhio municipal existe para estrategicamente e responsavelmente encontrar soluções que permitam dar resposta aos problemas concretos da vida dos munícipes, que somos todos nós. Não existe para se desculpar constantemente com fatores externos. Quem governa, meus senhores, deve servir os cidadãos com trabalho, com dedicação e com resultados. Aqueles que deveriam governar eficientemente o município não podem andar a guerrear permanentemente entre si, especialmente os protagonistas maiores do partido que ganhou as eleições realizadas a 1 de outubro do ano passado, seja a nível concelhio, seja a nível distrital. Estas guerrilhas constantes não deixam tempo para realizarem o que tem de ser feito em nome das pessoas, das famílias, das empresas e das instituições do nosso concelho. Cito o treinador Octávio Machado: “todos sabemos do que estou a falar” para dizer que estes conflitos contaminam tudo e fazem mal a todos. Minam a confiança, destroem a esperança, corroem a democracia. Este processo de Aregos, permitam que o designe assim, é uma trapalhada monumental desde o seu princípio e também é reflexo destas guerrilhas que contaminam tudo e fazem mal a todos. Em boa verdade, e a este respeito, politicamente, nunca souberam fazer as coisas com competência e porquê faltou experiência para as realizarem. Deixem que avive a memória dos presentes e que justifique em pormenor a posição do PSD, que, aliás, foi sempre a mesma. Com a realização do negócio de Aregos, deitaram ao lixo as mais-valias da energia eólica. Recordemos, a título de exemplo, que foi a instalação da energia eólica na Lagoa D. João, em Felgueiras e em Feirão, que permitiu a reabilitação de várias estradas concelhias sem qualquer custo para o município. Em vez de se expandir a produção de energia eólica, colocaram-lhe um ponto final sem medir as consequências. Meus senhores e minhas senhoras, quilómetros e quilómetros de estradas requalificadas foram pagas com o investimento da energia eólica. senhor Presidente, para quem afirma que não tivemos custos com a “operação Aregos”, diga-nos, por favor, quanto se pagou o ano passado e se vai continuar a pagar, recorrendo-se a empréstimos de médio/longo prazo, por cada quilómetro de estrada municipal que é requalificado? Pode recordar-nos qual foi o valor total dos empréstimos contraídos para o efeito? Senhor Presidente, a respeito de receitas geradas pela energia eólica para o município, pedimos alguns esclarecimentos que a nosso ver se justificam e que nos parecem ser oportunos. Tendo por referência o valor que município encaixou no ano anterior à realização do negócio, pode calcular o montante de receitas que deixamos de receber ao longo desses anos por termos abandonado a energia eólica? Mais importante ainda, como sabe, ao abrigo de uma permuta, abdicamos de 3.000.000,00 de euros que eram do município mas deixaram de o ser para adquirirmos o balneário das caldas da Aregos e restante património. Lamentavelmente, este processo agora em discussão (Projeto de Dissolução e Liquidação da Sociedade) conclui algo muito simples e indesmentível para todos os que aqui estão: a falência da gestão municipal do balneário que defenderam durante anos. Responda-nos a outra pergunta, senhor Presidente, se em tempo de quadros comunitários altamente favoráveis com comparticipações na ordem dos 85% tivéssemos seguido um caminho diferente, investindo os três milhões de euros na comparticipação correspondente aos 15% do município, direcionado para as necessidades prioritárias do concelho não estaríamos hoje muito melhor? Teríamos realizado um investimento no concelho na ordem dos



20.000.000,00 de euros. É uma regra de 3 simples muito fácil de fazer: se 15% correspondem a 3.000.000 de euros da comparticipação municipal, 100% correspondem a 20.000.000 de euros de investimento global. Com toda a certeza que hoje estaríamos muito melhor preparados para os desafios que se colocam para o nosso território e para a nossa comunidade. Para terminar e para concluir, bem sei que os argumentos que referenciei fazem parte do passado, contudo, devemos aprender com os erros cometidos para fazermos melhor no presente e no futuro. Deus queira que o parecer do Tribunal de Contas seja favorável aos nossos intuitos. Deus queira que se acautele a situação laboral de todos os trabalhadores e das suas famílias que agora temem pelo seu futuro. Deus queira que este processo tenha sucesso. Deus queira que Caldas de Aregos seja uma âncora de desenvolvimento do concelho e que contribua para a melhoria das condições de vidas de todos os resendenses. É esse o nosso sincero desejo! Informo que a bancada do PSD Resende se irá abster nesta votação”.”-----

Presidente da Câmara – Manifestou dificuldade em responder às questões colocadas pelo facto de estas serem em número elevado e abrangem diversas matérias e que no seu entendimento não dizem respeito ao assunto em discussão, dando como exemplo, as suas competências no que à nomeação e exoneração do cargo de Chefe de Gabinete diz respeito. Referiu que o assunto em apreço era o pedido de prorrogação do prazo de liquidação por um ano da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E.M., S.A., referindo ser uma situação normal decorrente deste tipo de processo, dando nota de que todos os postos de trabalho foram salvaguardados e possuem à data os seus vencimentos em dia. Disse que este processo visa dar um futuro ao balneário das termas que carece de uma requalificação que o permita ser competitivo nessa área, sendo que apenas aguarda parecer do Tribunal de Contas para ser concluído. Terminou pedindo desculpas pelo facto de não ter respondido a todas as questões por entender serem em demasia aconselhando a que as mesmas sejam feitas de forma faseada.-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Disse entender o facto de não responder a todas as perguntas mas que todavia tal situação é sistemática.-----

Presidente da Câmara – Referiu mais uma vez de que o assunto em apreço era o pedido de prorrogação do prazo de liquidação por um ano da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, E.M., S.A.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.-----

C.6. CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO 2018 – RETIFICAÇÃO – ENGENHARIA AGRONÓMICA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a retificação ao mapa de pessoal (Engenharia Agronómica).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----



Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.**-----

C.7. TABELA DE TAXAS – PISCINAS DE PORTO DE REI – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, no sentido de ser aplicada nas Piscinas de Porto de Rei a Tabela de Taxas em vigor no Município (aplicável às Piscinas Descobertas da Granja e de Caldas de Aregos), com uma redução de 50%, a entrar em vigor no próximo dia 30 de junho.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.**-----

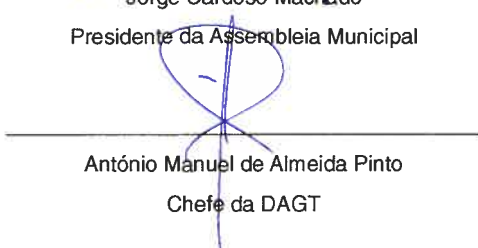
Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 17h20. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2018.-----



Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal



António Manuel de Almeida Pinto

Chefe da DAGT